

EMI nº 44/2019 C.Civil/PR SG/PR

Brasília, 17 de julho de 2019.

Senhor Presidente da República,

1. Submetemos a sua elevada consideração a anexa proposta de consolidação normativa consubstanciada na minuta de Decreto de revogação que ora encaminhamos, conforme regulamentado pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e pelo Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017.
2. A presente proposta é apresentada com o objetivo de dar continuidade aos esforços do Governo federal de retirar do ordenamento jurídico decretos cuja eficácia tenha sido exaurida ou que estejam tacitamente revogados, tal qual o Decreto nº 9.757, de 11 de abril de 2019, que declarou a revogação de duzentos e cinquenta decretos.
3. Para tal fim, foram examinados mais de mil decretos, que resultaram na proposta de revogação de trezentos e vinte e três decretos de caráter normativo, no âmbito do Governo federal, considerados implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas, nos termos do inciso I do § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 95, de 1998, e dos art. 45 a art. 51 do Decreto nº 9.191, de 2017.
4. A consolidação de decretos normativos, que inclui sua revogação expressa, tem o objetivo de simplificar a pesquisa e reduzir o arcabouço normativo existente, de modo a facilitar o acesso da sociedade às normas, ressalvados os efeitos jurídicos resultantes da normatização, além de conferir maior eficiência, transparência e publicidade aos atos normativos editados pelo Presidente da República.
5. Ressalta-se que a consolidação se destaca como uma das mais relevantes ações de desburocratização, de grande envergadura social e política, e proporciona a democratização do acesso à legislação por parte do cidadão, além de conferir unidade, simplicidade e coerência ao conjunto da legislação federal.
6. É imperioso mencionar que o presente projeto de consolidação de decretos, por revogação, foi elaborado após consulta aos Ministérios cujas competências estão relacionadas aos Decretos que serão declarados revogados. No caso de decretos de interesse interministerial, para garantir a segurança jurídica da proposta, os decretos foram submetidos aos interessados e foram incluídos na presente proposta revogadora somente os normativos avalizados pelas Pastas envolvidas.
7. Em síntese, Senhor Presidente, buscou-se, dentro das competências da Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria-Geral da Presidência da República, propor a revogação da legislação que não se encontra mais em vigor, para facilitar a operacionalização do corpo normativo.

8. Assim, analisados o aspecto jurídico, o mérito, a conveniência e a oportunidade da revogação, foram incluídos na proposta de revogação os seguintes decretos:

8.1. temáticas chanceladas pela Casa Civil da Presidência da República:

- Decreto nº 97.007, de 25 de outubro de 1988;
- Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990;
- Decreto nº 99.252, de 14 de maio de 1990;
- Decreto nº 99.267, de 29 de maio de 1990;
- Decreto nº 1.008, de 20 de dezembro de 1993;
- Decreto nº 1.352, de 28 de dezembro de 1994;
- Decreto nº 2.220, de 6 de maio de 1997;
- Decreto nº 2.352, de 20 de outubro de 1997;
- Decreto nº 3.794, de 19 de abril de 2001;
- Decreto nº 3.935, de 20 de setembro de 2001;
- Decreto nº 4.185, de 5 de abril de 2002;
- Decreto nº 4.425, de 16 de outubro de 2002;
- Decreto nº 5.012, de 11 de março de 2004; e
- Decreto de 29 de abril de 2009;

8.2. temáticas chanceladas pela Advocacia-Geral da União:

- Decreto nº 869, de 13 de julho de 1993;
- Decreto nº 1.931, de 17 de junho de 1996; e
- Decreto nº 8.265, de 11 de junho de 2014;

8.3. temáticas chanceladas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

- Decreto nº 96.943, de 12 de outubro de 1988;
- Decreto nº 97.444, de 11 de janeiro de 1989;
- Decreto nº 98.062, de 17 de agosto de 1989;
- Decreto nº 1.274, de 13 de outubro de 1994;
- Decreto nº 1.692, de 9 de novembro de 1995;
- Decreto nº 1.985, de 15 de agosto de 1996;
- Decreto nº 1.986, de 15 de agosto de 1996;
- Decreto nº 2.041, de 22 de outubro de 1996;
- Decreto nº 2.492, de 9 de fevereiro de 1998;
- Decreto nº 2.557, de 22 de abril de 1998;
- Decreto nº 2.558, de 22 de abril de 1998;
- Decreto nº 2.573, de 29 de abril de 1998;

- Decreto nº 2.806, de 21 de outubro de 1998;
- Decreto nº 2.808, de 21 de outubro de 1998;
- Decreto nº 2.835, de 4 de novembro de 1998;
- Decreto nº 3.083, de 10 de junho de 1999;
- Decreto nº 3.204, de 8 de outubro de 1999;
- Decreto nº 3.458, de 12 de maio de 2000;
- Decreto nº 3.575, de 23 de agosto de 2000;
- Decreto nº 3.657, de 8 de novembro de 2000;
- Decreto nº 3.736, de 30 de janeiro de 2001;
- Decreto nº 4.491, de 29 de novembro de 2002;
- Decreto nº 4.743, de 16 de junho de 2003;
- Decreto nº 4.922, de 18 de dezembro de 2003;
- Decreto nº 6.002, de 28 de dezembro de 2006;
- Decreto nº 6.078, de 10 de abril de 2007;
- Decreto nº 6.079, de 10 de abril de 2007;
- Decreto nº 6.149, de 10 de julho de 2007;
- Decreto nº 6.399, de 17 de março de 2008;
- Decreto nº 6.510, de 16 de julho de 2008;
- Decreto nº 6.557, de 8 de setembro de 2008;
- Decreto nº 6.709, de 23 de dezembro de 2008; e
- Decreto nº 6.717, de 29 de dezembro de 2008;

8.4. temáticas canceladas pelo Ministério da Cidadania:

- Decreto nº 49.575, de 22 de dezembro de 1960;
- Decreto nº 79.893, de 29 de junho de 1977;
- Decreto nº 81.519, de 4 de abril de 1978;
- Decreto nº 85.411, de 25 de novembro de 1980;
- Decreto nº 99.506, de 4 de setembro de 1990;
- Decreto nº 99.542, de 21 de setembro de 1990;
- Decreto nº 99.555, de 1º de outubro de 1990;
- Decreto nº 99.600, de 13 de outubro de 1990;
- Decreto nº 99.605, de 13 de outubro de 1990;
- Decreto nº 99.916, de 24 de dezembro de 1990;
- Decreto nº 567, de 11 de junho de 1992;

- Decreto nº 575, de 23 de junho de 1992;
- Decreto nº 836, de 9 de junho de 1993;
- Decreto nº 1.072, de 4 de março de 1994;
- Decreto nº 3.024, de 12 de abril de 1999;
- Decreto nº 3.513, de 19 de junho de 2000;
- Decreto nº 3.811, de 4 de maio de 2001;
- Decreto nº 5.997, de 21 de dezembro de 2006;
- Decreto nº 6.636, de 5 de novembro de 2008; e
- Decreto nº 6.978, de 8 de outubro de 2009;

8.5. temáticas canceladas pelo Ministério da Defesa:

- Decreto nº 18.712, de 25 de abril de 1929;
- Decreto nº 20.330, de 27 de agosto de 1931;
- Decreto nº 22.071, de 10 de novembro de 1932;
- Decreto nº 37.856, de 5 de setembro de 1955;
- Decreto nº 44.296, de 7 de agosto de 1958;
- Decreto nº 63.329, de 30 de setembro de 1968;
- Decreto nº 66.788, de 26 de junho de 1970;
- Decreto nº 70.731, de 19 de junho de 1972;
- Decreto nº 77.805, de 10 de junho de 1976;
- Decreto nº 81.453, de 15 de março de 1978;
- Decreto nº 82.769, de 30 de novembro de 1978;
- Decreto nº 86.066, de 3 de junho de 1981;
- Decreto nº 86.222, de 16 de julho de 1981;
- Decreto nº 91.081, de 12 de março de 1985;
- Decreto nº 94.350, de 20 de maio de 1987;
- Decreto nº 97.870, de 26 de junho de 1989;
- Decreto nº 98.347, de 31 de outubro de 1989;
- Decreto nº 98.875, de 24 de janeiro de 1990;
- Decreto nº 363, de 12 de dezembro de 1991;
- Decreto nº 865, de 9 de julho de 1993;
- Decreto nº 878, de 22 de julho de 1993;
- Decreto nº 886, de 4 de agosto de 1993;
- Decreto nº 1.012, de 22 de dezembro de 1993;

- Decreto nº 1.013, de 22 de dezembro de 1993;
- Decreto nº 1.014, de 22 de dezembro de 1993;
- Decreto nº 1.449, de 7 de abril de 1995;
- Decreto nº 1.838, de 20 de março de 1996;
- Decreto nº 2.468, de 20 de janeiro de 1998;
- Decreto nº 3.946, de 1º de outubro de 2001;
- Decreto nº 4.754, de 20 de junho de 2003;
- Decreto nº 4.832, de 5 de setembro de 2003;
- Decreto nº 4.967, de 30 de janeiro de 2004;
- Decreto nº 5.676, de 13 de janeiro de 2006;
- Decreto nº 5.739, de 30 de março de 2006;
- Decreto nº 5.792, de 29 de maio de 2006;
- Decreto nº 5.960, de 9 de novembro de 2006;
- Decreto nº 6.169, de 24 de julho de 2007;
- Decreto nº 6.350, de 14 de janeiro de 2008;
- Decreto nº 6.351, de 14 de janeiro de 2008;
- Decreto nº 6.352, de 14 de janeiro de 2008;
- Decreto nº 6.406, de 19 de março de 2008;
- Decreto nº 6.430, de 14 de abril de 2008;
- Decreto nº 6.445, de 29 de abril de 2008;
- Decreto nº 8.758, de 10 de maio de 2016; e
- Decreto nº 8.787, de 20 de junho de 2016;

8.6. temáticas canceladas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional:

- Decreto nº 83.436, de 10 de maio de 1979;
- Decreto nº 97.314, de 20 de dezembro de 1988;
- Decreto nº 6.597, de 6 de outubro de 2008;
- Decreto nº 6.942, de 18 de agosto de 2009; e
- Decreto nº 8.629, de 30 de dezembro de 2015;

8.7. temáticas canceladas pelo Ministério da Economia:

- Decreto nº 42.488, de 18 de outubro de 1957;
- Decreto nº 83.323, de 11 de abril de 1979;
- Decreto nº 86.329, de 2 de setembro de 1981;
- Decreto nº 87.120, de 23 de abril de 1982;

- Decreto nº 89.978, de 18 de julho de 1984;
- Decreto nº 91.138, de 13 de março de 1985;
- Decreto nº 93.412, de 14 de outubro de 1986;
- Decreto nº 93.596, de 21 de novembro de 1986;
- Decreto nº 97.130, de 23 de novembro de 1988;
- Decreto nº 97.270, de 16 de dezembro de 1988;
- Decreto nº 97.481, de 30 de janeiro de 1989;
- Decreto nº 97.976, de 18 de julho de 1989;
- Decreto nº 98.589, de 18 de dezembro de 1989;
- Decreto nº 98.797, de 5 de janeiro de 1990;
- Decreto nº 99.061, de 7 de março de 1990;
- Decreto nº 99.377, de 11 de julho de 1990;
- Decreto nº 99.408, de 19 de julho de 1990;
- Decreto nº 99.467, de 20 de agosto de 1990;
- Decreto nº 99.476, de 24 de agosto de 1990;
- Decreto nº 99.518, de 10 de setembro de 1990;
- Decreto nº 99.536, de 20 de setembro de 1990;
- Decreto nº 99.951, de 28 de dezembro de 1990;
- Decreto nº 327, de 1º de novembro de 1991;
- Decreto nº 328, de 1º de novembro de 1991;
- Decreto nº 372, de 23 de dezembro de 1991;
- Decreto nº 474, de 10 de março de 1992;
- Decreto nº 745, de 5 de fevereiro de 1993;
- Decreto nº 753, de 16 de fevereiro de 1993;
- Decreto nº 808, de 24 de abril de 1993;
- Decreto nº 817, de 3 de maio de 1993;
- Decreto nº 1.043, de 13 de janeiro de 1994;
- Decreto nº 1.433, de 30 de março de 1995;
- Decreto nº 1.760, de 26 de dezembro de 1995;
- Decreto nº 2.116, de 8 de janeiro de 1997;
- Decreto nº 2.213, de 25 de abril de 1997;
- Decreto nº 2.307, de 20 de agosto de 1997;
- Decreto nº 2.590, de 14 de maio de 1998;

- Decreto nº 2.764, de 1º de setembro de 1998;
- Decreto nº 2.978, de 2 de março de 1999;
- Decreto nº 3.133, de 10 de agosto de 1999;
- Decreto nº 3.170, de 15 de setembro de 1999;
- Decreto nº 3.270, de 1º de dezembro de 1999;
- Decreto nº 3.545, de 14 de julho de 2000;
- Decreto nº 5.715, de 7 de março de 2006;
- Decreto nº 5.756, de 13 de abril de 2006;
- Decreto nº 5.939, de 19 de outubro de 2006;
- Decreto nº 6.059, de 8 de março de 2007;
- Decreto nº 6.124, de 13 de junho de 2007;
- Decreto nº 6.145, de 3 de julho de 2007;
- Decreto nº 6.154, de 11 de julho de 2007;
- Decreto nº 6.164, de 20 de julho de 2007;
- Decreto nº 6.277, de 28 de novembro de 2007;
- Decreto nº 6.330, de 28 de dezembro de 2007;
- Decreto nº 6.431, de 14 de abril de 2008;
- Decreto nº 6.684, de 9 de dezembro de 2008;
- Decreto nº 7.867, de 19 de dezembro de 2012;
- Decreto nº 8.513, de 3 de setembro de 2015;
- Decreto nº 8.667, de 11 de fevereiro de 2016;
- Decreto nº 8.962, de 17 de janeiro de 2017; e
- Decreto nº 8.986, de 9 de fevereiro de 2017;

8.8. temáticas canceladas pelo Ministério da Educação:

- Decreto nº 19.150, de 27 de março de 1930;
- Decreto nº 20.108, de 15 de junho de 1931;
- Decreto nº 23.028, de 2 de agosto de 1933;
- Decreto nº 50.545, de 4 de maio de 1961;
- Decreto nº 56.582, de 19 de julho de 1965;
- Decreto nº 57.980, de 11 de março de 1966;
- Decreto nº 58.130, de 31 de março de 1966;
- Decreto nº 60.464, de 14 de março de 1967;
- Decreto nº 61.313, de 8 de setembro de 1967;

- Decreto nº 63.258, de 19 de setembro de 1968;
- Decreto nº 63.342, de 1º de outubro de 1968;
- Decreto nº 64.489, de 12 de maio de 1969;
- Decreto nº 66.543, de 11 de maio de 1970;
- Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971;
- Decreto nº 68.092, de 20 de janeiro de 1971;
- Decreto nº 68.925, de 15 de julho de 1971;
- Decreto nº 69.053, de 11 de agosto de 1971;
- Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971;
- Decreto nº 69.521, de 9 de novembro de 1971;
- Decreto nº 70.025, de 24 de janeiro de 1972;
- Decreto nº 70.661, de 30 de maio de 1972;
- Decreto nº 71.838, de 14 de fevereiro de 1973;
- Decreto nº 72.495, de 19 de julho de 1973;
- Decreto nº 77.107, de 4 de fevereiro de 1976;
- Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979;
- Decreto nº 84.035, de 1º de outubro de 1979;
- Decreto nº 84.258, de 3 de dezembro de 1979;
- Decreto nº 88.719, de 15 de setembro de 1983;
- Decreto nº 91.004, de 27 de fevereiro de 1985;
- Decreto nº 95.683, de 28 de janeiro de 1988;
- Decreto nº 99.490, de 30 de agosto de 1990;
- Decreto nº 888, de 4 de agosto de 1993;
- Decreto nº 2.440, de 23 de dezembro de 1997;
- Decreto nº 2.668, de 13 de julho de 1998; e
- Decreto nº 5.690, de 3 de fevereiro de 2006;

8.9. temáticas canceladas pelo Ministério da Infraestrutura:

- Decreto nº 53.944, de 4 de junho de 1964;
- Decreto nº 54.032, de 20 de julho de 1964;
- Decreto nº 65.262, de 2 de outubro de 1969;
- Decreto nº 66.080, de 16 de janeiro de 1970;
- Decreto nº 66.433, de 10 de abril de 1970;
- Decreto nº 69.099, de 19 de agosto de 1971;



- Decreto nº 72.294, de 24 de maio de 1973;
- Decreto nº 72.752, de 6 de setembro de 1973;
- Decreto nº 73.696, de 28 de fevereiro de 1974;
- Decreto nº 79.761, de 1º de junho de 1977;
- Decreto nº 82.925, de 21 de dezembro de 1978;
- Decreto nº 84.513, de 27 de fevereiro de 1980;
- Decreto nº 85.894, de 9 de abril de 1981;
- Decreto nº 87.047, de 23 de março de 1982;
- Decreto nº 88.686, de 6 de setembro de 1983;
- Decreto nº 92.387, de 6 de fevereiro de 1986;
- Decreto nº 92.722, de 29 de maio de 1986;
- Decreto nº 93.861, de 22 de dezembro de 1986;
- Decreto nº 94.711, de 31 de julho de 1987;
- Decreto nº 97.002, de 24 de outubro de 1988;
- Decreto nº 98.933, de 7 de fevereiro de 1990;
- Decreto nº 213, de 10 de setembro de 1991;
- Decreto nº 1.683, de 25 de outubro de 1995; e
- Decreto nº 2.069, de 12 de novembro de 1996;

8.10. temáticas canceladas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública:

- Decreto nº 83.607, de 19 de junho de 1979;
- Decreto nº 86.209, de 15 de julho de 1981;
- Decreto nº 87.740, de 25 de outubro de 1982;
- Decreto nº 93.840, de 22 de dezembro de 1986;
- Decreto nº 96.998, de 18 de outubro de 1988;
- Decreto nº 97.031, de 3 de novembro de 1988;
- Decreto nº 98.815, de 10 de janeiro de 1990;
- Decreto nº 98.961, de 15 de janeiro de 1990;
- Decreto nº 99.254, de 15 de maio de 1990;
- Decreto nº 99.269, de 31 de maio de 1990;
- Decreto nº 87, de 15 de abril de 1991; e
- Decreto nº 521, de 18 de maio de 1992;

8.11. temáticas canceladas pelo Ministério de Minas e Energia:

- Decreto nº 97.897, de 3 de julho de 1989;

- Decreto nº 99.429, de 31 de julho de 1990;
- Decreto nº 791, de 31 de março de 1993;
- Decreto nº 917, de 8 de setembro de 1993;
- Decreto nº 918, de 8 de setembro de 1993;
- Decreto nº 4.758, de 21 de junho de 2003;
- Decreto nº 5.029, de 31 de março de 2004;
- Decreto nº 5.100, de 3 de junho de 2004;
- Decreto nº 5.970, de 23 de novembro de 2006; e
- Decreto nº 8.792, de 29 de junho de 2016;

8.12. temáticas chanceladas pelo Ministério das Relações Exteriores:

- Decreto nº 12.803, de 9 de janeiro de 1918;
- Decreto nº 12.997, de 24 de abril de 1918;
- Decreto nº 13.113, de 24 de julho de 1918;
- Decreto nº 13.670, de 26 de junho de 1919;
- Decreto nº 14.056, de 11 de fevereiro de 1920;
- Decreto nº 49.130, de 20 de outubro de 1960; e
- Decreto nº 53.706, de 17 de março de 1964;

8.13. temáticas chanceladas pelo Ministério da Saúde:

- Decreto nº 45.365, de 30 de janeiro de 1959;
- Decreto nº 50.040, de 24 de janeiro de 1961;
- Decreto nº 51.211, de 18 de agosto de 1961;
- Decreto nº 691, de 13 de março de 1962;
- Decreto nº 51.840, de 14 de março de 1963;
- Decreto nº 52.279, de 19 de julho de 1963;
- Decreto nº 52.471, de 13 de setembro de 1963;
- Decreto nº 52.730, de 23 de outubro de 1963;
- Decreto nº 55.786, de 22 de fevereiro de 1965;
- Decreto nº 55.871, de 26 de março de 1965;
- Decreto nº 56.759, de 20 de agosto de 1965;
- Decreto nº 56.899, de 23 de setembro de 1965;
- Decreto nº 57.156, de 3 de novembro de 1965;
- Decreto nº 57.573, de 4 de janeiro de 1966;
- Decreto nº 75.985, de 17 de julho de 1975;

- Decreto nº 77.116, de 6 de fevereiro de 1976;
- Decreto nº 78.840, de 25 de novembro de 1976;
- Decreto nº 78.841, de 25 de novembro de 1976;
- Decreto nº 81.972, de 17 de julho de 1978;
- Decreto nº 96.607, de 30 de agosto de 1988;
- Decreto nº 98.478, de 6 de dezembro de 1989;
- Decreto nº 99.396, de 18 de julho de 1990;
- Decreto nº 3.675, de 28 de novembro de 2000;
- Decreto nº 3.718, de 3 de janeiro de 2001;
- Decreto nº 3.841, de 11 de junho de 2001;
- Decreto nº 3.936, de 24 de setembro de 2001;
- Decreto nº 4.123, de 13 de fevereiro de 2002;
- Decreto nº 4.204, de 23 de abril de 2002;
- Decreto nº 6.108, de 4 de maio de 2007;
- Decreto nº 7.723, de 4 de maio de 2012;
- Decreto nº 8.716, de 20 de abril de 2016; e
- Decreto nº 8.783, de 6 de junho de 2016;

8.14. temáticas chanceladas pela Controladoria-Geral da União:

- Decreto nº 4.428, de 17 de outubro de 2002;
- Decreto nº 7.033, de 15 de dezembro de 2009; e
- Decreto nº 7.034, de 15 de dezembro de 2009;

8.15. temática chancelada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos:

- Decreto nº 5.446, de 20 de maio de 2005;

8.16. temáticas chanceladas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:

- Decreto nº 96.624, de 31 de agosto de 1988;
- Decreto nº 99.541, de 21 de setembro de 1990;
- Decreto nº 1.051, de 1º de fevereiro de 1994;
- Decreto nº 1.589, de 10 de agosto de 1995;
- Decreto nº 2.370, de 10 de novembro de 1997;
- Decreto nº 2.592, de 15 de maio de 1998; e
- Decreto nº 5.774, de 9 de maio de 2006;

8.17. temáticas chanceladas pelo Banco Central do Brasil:

- Decreto nº 28.330, de 30 de junho de 1950;

- Decreto nº 3.401, de 3 de abril de 2000;
- Decreto nº 4.761, de 23 de junho de 2003;
- Decreto nº 5.185, de 17 de agosto de 2004;
- Decreto nº 5.363, de 31 de janeiro de 2005; e
- Decreto nº 6.841, de 7 de maio de 2009;

8.18. temáticas canceladas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República:

- Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018;
- Decreto nº 9.543, de 29 de outubro de 2018;
- Decreto nº 9.647, de 27 de dezembro de 2018;
- Decreto nº 9.708, de 13 de fevereiro de 2019; e
- Decreto nº 9.717, de 26 de fevereiro de 2019; e

8.19. temática cancelada pela Secretaria de Governo da Presidência da República:

- Decreto nº 6.600, de 9 de outubro de 2008.

9. Diante do exposto, é certo que a proposta de decreto representa um avanço tanto para a comunidade jurídica e os operadores do Direito, quanto para os cidadãos brasileiros.

10. Espera-se, portanto, que esse esforço conjunto do Poder Executivo venha a ser coroado de êxito, com a simplificação substancial do ordenamento jurídico, de sorte a tornar mais acessível ao cidadão o conhecimento das normas que pautam sua conduta em nossa sociedade.

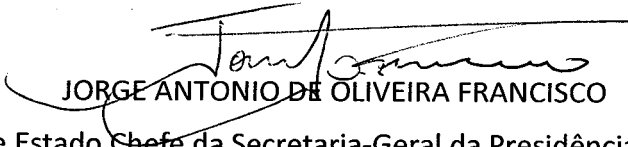
11. Nessas condições, submetemos a sua consideração a anexa minuta de Decreto.

Respeitosamente,



ONYX DORNELLES LORENZONI

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República



JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República